

TERMO DE CREDENCIAMENTO DO DISTRIBUIDOR OU INSTITUIÇÃO INTEGRANTE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO									
Número do Termo de Análise de Credenciamento									
Número do Processo (Nº protocolo ou processo)									
I - DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL – RPPS									
Ente Federativo						CNPJ			
Unidade Gestora do RPPS						CNPJ			
II- DA INSTITUIÇÃO A SER CREDENCIADA									
Razão Social				ITAU DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.			CNPJ		33.311.713/0001-25
Endereço				Av. Faria Lima 3500 – 4º andar, São Paulo, SP Brasil CEP: 04538-132			Data Constituição		20/04/1972
E-mail (s)							Telefone (s)		(11)3631-2617
Data do registro na CVM						Categoria (s)		Distribuidor de Títulos e Valores Mobiliários	
Controlador/ Grupo Econômico									CNPJ
Principais contatos com RPPS				Cargo		E-mail		Telefone	
César Henrique Domingos				Consultor Comercial		cesar.domingos@itau-unibanco.com.br			
A instituição está livre de registros de suspensão ou inabilitação pela CVM, BACEN ou outro órgão competente?				Sim		X		Não	
A instituição detém elevado padrão ético de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e não possui restrições que, a critério da CVM, do Banco Central do Brasil ou de outros órgãos competentes, desaconselhem um relacionamento seguro?				Sim		X		Não	
Os profissionais diretamente relacionados à gestão de ativos de terceiros da instituição possuem experiência mínima de 5 (cinco) anos na atividade?				Sim		X		Não	
A instituição e seus principais controladores possuem adequado histórico de atuação no mercado financeiro?				Sim		X		Não	
A instituição está alinhada aos objetivos do RPPS quanto à independência na prestação dos serviços e ausência de potenciais conflitos de interesse nos termos do art. 24 da Resolução CMN nº 4.963/2021?				Sim		X		Não	
Documentos disponibilizados em site		Sim				Não		X	
						Página Internet			
III - DOS FUNDOS DE INVESTIMENTO DISTRIBUÍDOS PELA INSTITUIÇÃO									
Nome do(s) Fundo(s) de Investimento(s):		CNPJ do Fundo		Classificação Resolução CMN		Data Início Do Fundo			
Itaú Institucional Renda Fixa IRF-M 1 FI		08.703.063/0001-16		Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"		06/09/2007			
Itaú High Grade RF Cred Priv FIC FI		09.093.883/0001-04		Artigo 7º, Inciso V, Alínea "b"		21/10/2008			
Itaú Institucional Referenciado DI FI		00.832.435/0001-00		Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"		02/10/1995			
Itaú Institucional Renda Fixa Pre LP FIC FI		10.396.381/0001-23		Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"		26/11/2009			
Itaú Institucional Alocação Dinâmica FIC FI		21.838.150/0001-49		Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"		01/06/2015			
Itaú IDKA 2 IPCA FIC FI		32.922.086/0001-04		Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"		25/06/2019			
Itaú Institucional Optimus RF LP FC		40.635.061/0001-40		Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"		21/05/2021			
Itaú Institucional Renda Fixa IMA-B 5 FIC		09.093.819/0001-15		Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"		03/09/2009			
Itaú Institucional Renda Fixa IMA-B FIC FI		10.474.513/0001-98		Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"		26/11/2009			
Itaú Renda Fixa IMA-B ATIVO FIC F		05.073.656/0001-58		Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"		17/10/2002			
Itaú Renda Fixa IMAB-5+ FIC FI		14.437.684/0001-06		Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"		28/03/2012			
Itaú Institucionais Legend RF LP FIC FI		29.241.799/0001-90		Artigo 7º, Inciso I, Alínea "b"		16/07/2018			
Itaú Institucional Global Dinâmica RF LP FIC		32.972.942/0001-28		Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"		14/10/2019			
Itaú Institucional IPCA Action RF LP FIC		41.200.277/0001-45		Artigo 7º, Inciso III, Alínea "a"		15/07/2021			
Itaú Ações Dividendos FI		02.887.290/0001-62		Artigo 8º, Inciso I		07/01/1999			
Itaú Ações Dunamis Institucional FIC		36.347.815/0001-99		Artigo 8º, Inciso I		15/04/2020			
Itaú Ações Momento 30 II FIC FI		42.318.981/0001-60		Artigo 8º, Inciso I		11/10/2021			
Itaú Small Cap Valuation FIC FIA		01.063.897/0001-65		Artigo 8º, Inciso I		04/03/1996			
Itaú Small Cap Index FIC FI		36.348.109/0001-61		Artigo 8º, Inciso I		04/05/2020			
Itaú Vision Institucional MM FIC FI		32.254.420/0001-90		Artigo 10, Inciso I		31/05/2019			
Itaú Institucional MM Juros e Moedas FIC FI		00.973.117/0001-51		Artigo 10, Inciso I		26/12/1995			
Itaú Private Multimercado SP500 BRL FIC FI		26.269.692/0001-61		Artigo 10, Inciso I		31/01/2017			
Itaú Japão Investimento no Exterior FIC		35.727.655/0001-40		Artigo 9º, Inciso II		15/01/2020			
Itaú Ações Europa Investimento no Exterior FIC FI		36.249.300/0001-56		Artigo 9º, Inciso II		29/06/2020			
Itaú Inflação Americana Renda Fixa FIC		35.727.449/0001-30		Artigo 9º, Inciso II		15/01/2020			
Itaú Mercados Emergentes Crédito Soberano RF FIC FI		35.727.715/0001-25		Artigo 9º, Inciso II		15/01/2020			
Itaú Treasury Renda Fixa IE FIC FI		35.727.513/0001-83		Artigo 9º, Inciso II		07/02/2020			
Itaú BDR Nivel I Ações FIC		37.306.507/0001-88		Artigo 9º, Inciso III		30/06/2020			
Outro(s) Tipo(s) de Ativo(s)/Produto(s):									
IV - DOS CONTRATOS DE DISTRIBUIÇÃO RELATIVOS AOS FUNDOS DE INVESTIMENTOS E PRODUTOS RELACIONADOS									
Nome/Razão Social		CNPJ do Fundo		Possui Contrato Registrado na CVM? (Sim/Não)		Data do Instrumento Contratual			
V - INFORMAÇÕES SOBRE A POLÍTICA DE DISTRIBUIÇÃO (FORMA DE REMUNERAÇÃO DOS DISTRIBUIDORES, RELAÇÃO ENTRE DISTRIBUIDORES E A INSTITUIÇÃO, CONCENTRAÇÃO DE FUNDOS SOB ADMINISTRAÇÃO/GESTÃO E DISTRIBUIDORES):									
VI - DA ANÁLISE DA INSTITUIÇÃO OBJETO DE CREDENCIAMENTO									
Estrutura da Instituição		Com objetivo de garantir a total segregação entre a área de gestão de recursos, a prestadora de serviços é separada estruturalmente. O Itaú Unibanco possui em seu grupo uma empresa que oferece serviços relacionados ao mercado de capitais (controles internos, precificação de ativos, cálculo de cotas, conciliação de ativos em custódia).							
Segregação de Atividades		A Itaú DTVM possui Política de Segregação de atividades (sigla interna PR-71), atualizada anualmente, que define os Princípios, Diretrizes e Gestão de Segregação adotados pela Diretoria Geral de Atacado (DGA) do Itaú Unibanco S.A. Com objetivo de garantir a total segregação entre a área de gestão de recursos, a prestadora de serviços é separada estruturalmente. O Itaú Unibanco possui em seu grupo uma empresa que oferece serviços relacionados ao mercado de capitais (controles internos, precificação de ativos, cálculo de cotas, conciliação de ativos em custódia).							
Qualificação do corpo técnico		Todos os envolvidos no processo de gestão, administração e distribuição possuem as certificações necessárias para exercer as funções e histórico profissional.							
Histórico e experiência de atuação		A Itaú DTVM possui recursos humanos e computacionais adequados e suficientes ao desempenho das atividades de administração fiduciária, gestão de carteiras de valores mobiliários e distribuição de fundos próprios. Relativamente aos recursos humanos, com o início da migração da atividade de administração de carteira de valores mobiliários reportado o item "a", acima, também teve início o processo de migração desses recursos. A equipe do Itaú Unibanco conta com uma sólida experiência de mercado e possui baixo turn over, por proporcionar incentivos compatíveis e ambiente em que as decisões são tomadas de forma colegiada. O Itaú DTVM o conta ainda com uma equipe técnica com vasta experiência no mercado de capitais, que possui ampla disponibilidade para atender os clientes, permitindo que a equipe de gestores fique totalmente focada em sua atividade fim.							

Principais Categorias e Fundos ofertados	A Itaú DTVM realiza a administração de fundos de diversas categorias, dentre elas: Multimercados, Renda Fixa, Renda Variável, Previdência, Crédito entre outros.		
Verificação de informações sobre conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e restrições que desaconselham um relacionamento seguro	Diretoria de Compliance Corporativo, que tem como objetivo a prevenção e a mitigação de exposição do conglomerado Itaú Unibanco a situações de não conformidade com normas internas e externas (Risco de Compliance), sendo responsável pelos aspectos de governança, certificação de aderência, conduta e transparência.		
Regularidade Fiscal e Previdenciária	Informações relacionadas a regularidade fiscal e previdenciária estão disponíveis no site: https://www.itauassetmanagement.com.br/plataformas-institucional/rpps/documentos		
Volume de ativos sob sua gestão	Em janeiro de 2023 o Itaú Unibanco administrava o montante de R\$751.845 bilhões. (Fonte: Ranking ANBIMA)		
Outros critérios de análise	Mais informações disponíveis em: https://www.italu.com.br/investimentos/fundos/informacoes-cotistas		
VII - DO PARECER FINAL SOBRE A INSTITUIÇÃO			
A instituição analisada conta com uma boa qualidade de gestão, tendo em vista que os fundos geridos por esta apresentam retornos compatíveis com seus benchmarks e compatíveis com fundos disponíveis no mercado. A instituição conta com um volume de recursos de terceiros considerável e mantém a proporção adequada considerando o volume de recursos oriundos de RPPS, condizente com o previsto na Resolução CMN nº 4.963/2021.			
Levando em consideração os fatores acima, não vemos nada que desabone o relacionamento da instituição com este RPPS.			
Local:		Data:	
VIII - RESPONSÁVEIS PELO CREDENCIAMENTO:	Cargo	CPF	Assinatura

CRENCIAMENTO DO DISTRIBUIDOR E INSTITUIÇÃO INTEGRANTE DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

Nos termos do inciso VI, §1º, art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021, e do art. 104 da Portaria MTP nº 1.467/2022, os responsáveis pela gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) deverão, no processo de credenciamento das instituições administradoras ou gestoras dos fundos de investimento, efetuar a análise e credenciamento do distribuidor e instituição integrante do sistema de distribuição, certificando-se sobre o contrato para distribuição e mediação do produto ofertado e a regularidade com a Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Os §§ 4º e 5º do art. 1º da Resolução CMN nº 4.963/2021 dispõem que todos os participantes do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre aplicações dos recursos de regimes próprios de previdência social e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes são responsáveis pela gestão dos recursos. Os prestadores de serviço deverão ser autorizados e credenciados, observados, dentre outros critérios, conflitos de interesse, monitoramento periódico, política de contratação e, no caso das distribuidoras e corretoras de valores mobiliários, devem estar em conformidade com a Resolução CVM 35, de 26/05/2021.

Os parâmetros para credenciamento estão previstos nos arts. 103 a 106 da Portaria MTP nº 1.467/2022, sendo que o art. 106, IV, dispõe que “A conclusão da análise das informações e da verificação dos requisitos estabelecidos para o credenciamento deverá ser registrada em Termo de Credenciamento, devendo, dentre outros aspectos colocados no dispositivo, ser instruído com os documentos previstos na instrução de preenchimento do modelo disponibilizado na página da Previdência Social na Internet”.

A Resolução CMN nº 4.963/2021 destaca, ainda, em seu art. 1º, §5º, que são incluídas no rol de responsáveis pela gestão do RPPS na medida de suas atribuições, os gestores, dirigentes e membros dos conselhos e órgãos colegiados de deliberação, de fiscalização ou do comitê de investimentos do regime próprio de previdência social, os consultores e outros profissionais que participem do processo de análise, de assessoramento e decisório sobre a aplicação dos recursos do regime próprio de previdência social, diretamente ou por intermédio de pessoa jurídica contratada e os agentes que participam da distribuição, intermediação e administração dos ativos aplicados por esses regimes. O RPPS tem o dever de monitorar periodicamente os prestadores de serviços, avaliando suas capacidades técnicas e prevenindo potenciais conflitos de interesses na relação, em linha com o disposto nos §§ 1º, 2º e 3º, do art. 24, da Resolução CMN nº 4.963/2021.

O art. 8-A, da Lei 9.717/1998, norma que adquiriu status de Lei Complementar após a Emenda Constitucional nº 103/2019, deixa claro que os dirigentes do ente federativo instituidor do regime próprio de previdência social e da unidade gestora do regime e os demais responsáveis pelas ações de investimento e aplicação dos recursos previdenciários, inclusive os consultores, os distribuidores, a instituição financeira administradora da carteira, o fundo de investimentos que tenha recebido os recursos e seus gestores e administradores serão solidariamente responsáveis, na medida de sua participação, pelo ressarcimento dos prejuízos decorrentes de aplicação em desacordo com a legislação vigente a que tiverem dado causa.

Nesse contexto, cabe destacar que, além dos princípios, requisitos e limites previstos na Resolução CMN nº 4.963/2021, é necessário a comprovação de que foram observados os parâmetros gerais de gestão dos investimentos previstos na Portaria MTP nº 1.467/2022, em especial o disposto nos seus arts. 86, 87 e 103 a 124.

O presente termo de credenciamento do distribuidor com os requisitos mínimos a serem observados nele contidos.

A utilização desse modelo não afasta a responsabilidade dos dirigentes do RPPS pela criteriosa análise do fundo de investimento que receberá os recursos do RPPS.

A título de orientação, no termo de credenciamento estão destacados na cor branca os campos que necessitam de preenchimento por parte da Unidade Gestora do RPPS

Ciente.

Assinatura do Dirigente da Unidade Gestora, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

Assinatura do Gestor de Recursos do RPPS, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores

Assinatura de representante(s) legal(is) da Instituição interessada no credenciamento, com firma reconhecida ou disponibilizada no endereço eletrônico na rede mundial de computadores